



OF. DPR N° 0101/2008

Recife, 11 de fevereiro de 2008.

A Sua Senhoria o Senhor,  
**Nilo Sérgio de Melo Diniz**

Diretor do Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do  
Meio Ambiente - DCONAMA

**Assunto:** Resposta ao Ofício Circular  
n°226/2007/DCONAMA/SECEX/MMA


Prezado Diretor,

Cumprimentando Vossa Senhoria, estamos encaminhado em anexo resposta à solicitação contida no Ofício Circular de número 226/2007 do DCONAMA, a respeito da Resolução Conama número 369/2006.

Informamos que estamos encaminhando por e-mail conforme foi solicitado.

Sem mais para o momento, estamos à disposição para colaborar no que for necessário.

Atenciosamente,

  
**HÉLIO GURGEL CAVALCANTI**  
Diretor Presidente

UFAP





AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – CPRH  
Rua Santana, nº 367, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52.060-460  
CNPJ 06.052.204/0001-52 – Fone (0\_\_81) 3182-8800  
www.cprh.pe.gov.br  
Unidade de Gestão Florestal e Áreas Protegidas



Processo nº 12.910/2007

**Assunto:** informação ao Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DConama - a respeito da aplicação da Resolução Conama nº 369/2006.

1. Quantitativo de pleitos de autorização de intervenção em APP protocolados, discriminados por atividade (conforme classificação da Resolução Conama 369/2006).

*Este item não ficou claro. Em qual artigo é citada essa classificação?*

Quantitativo de Pleitos	Atividades
12 (analisados)	Obras de Utilidade Pública; Empreendimentos Particulares

*Obs: outros processos ainda estão sendo analisados*

2. Quantitativo de autorizações de intervenção autorizadas e negadas;

3. Fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP;

4. Características das APPs alvo: tipo de APP (conforme tipos elencados na Resolução Conama 303/2002) e área da APP a ser afetada:

Quadro de Resposta dos Itens 2, 3 e 4			
Processos Autorizados	Processos Negados	Motivos das negativas	Tipos de APPs
7	5	As solicitações de empreendimentos não atendiam à legislação pertinente sobre intervenções em Áreas de Preservação Permanente. Não se tratavam de casos de Utilidade Pública ou de Interesse Social, nem de Baixo Impacto.	- Manguezal - Faixa marginal de curso d'água - Reservatório - Encosta

5. Trâmite processual e procedimento de análise:

A Lei Estadual nº 12.916/2005 cita em seu artigo 2º que "Tendo em vista o desenvolvimento sustentável do Estado de Pernambuco, a CPRH, detentora de poder de polícia administrativa, atua através da gestão dos recursos ambientais sobre as atividades e os

empreendimentos utilizadores dos recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental.

Parágrafo único. A CPRH atuará mediante os seguintes instrumentos de política ambiental, entre outros: I - licenças ambientais e autorizações; II - fiscalização; III - monitoramento; IV - educação ambiental."

Desta forma, mediante os instrumentos de licenciamento ambiental (LP, LI e LO ou Autorização) os processos são analisados e o local onde se pretende realizar as atividades ou empreendimentos é vistoriado, sendo posteriormente elaborado relatório ou parecer técnico contendo, dentre outros itens, a conclusão sobre a possibilidade ou não de uma intervenção ou supressão de vegetação em APP, de acordo com a legislação do Estado de Pernambuco e demais legislações pertinentes.

#### **6. Dificuldades encontradas na interpretação e aplicação da resolução:**

Art. 4º, § 1º- Quando cabe a anuência prévia do órgão federal de Meio Ambiente? Anuência do Ibama?

Art. 9º

Inciso I - é citada a possibilidade de ocupações de baixa renda predominantemente residenciais em APPs. Quais seriam outras ocupações permitidas?

O art. 15 cita que "O órgão licenciador deverá cadastrar no Sistema Nacional de Informação de Meio Ambiente – Sinima as informações sobre licenças concedidas..."

Como é feito esse cadastro? Há uma periodicidade para cadastrar as informações, ou melhor, após um processo, que diga respeito à intervenção ou supressão de vegetação em APP, ser analisado pelo órgão ambiental licenciador, este órgão deverá imediatamente informar ao Sinima, por meio do cadastro?

Sendo a legislação de Pernambuco mais restritiva para Áreas de Preservação Permanente (Lei 11.206/1995 – art. 8º) e não havendo previsão na referida Lei sobre intervenções consideradas de baixo impacto, há, por vezes, dificuldade no uso da Resolução 369. Havendo a necessidade de revisão da Lei Estadual 11.206/1995.

**Observação:** Art. 9º, Inciso VI, alínea d) no fim do texto está escrito:..."respeitadas as faixas mínimas definidas nas alíneas a e c do inciso I deste artigo." O referido inciso I não tem alíneas. Não seria o inciso IV?

Recife, 26 de dezembro de 2007

*Ana Paula Losada*

Ana Paula Losada

Analista Ambiental – Unidade de Gestão Florestal e Áreas Protegidas

*Ana Paula de Miranda Losada*  
Analista de Desenvolvimento Ambiental  
Mat. 249.449-3  
CPRH